

EDITORIAL

A edição deste segundo número do segundo volume da Revista Eletrônica Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais continua trazendo um conjunto de artigos com temas caros aos propósitos essenciais do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco, ao qual a Revista pertence.

Dentre o conjunto dos temas constantes deste número/volume da Revista do MSEU, destacam-se, portanto, aqueles atinentes, em geral, aos movimentos sociais na cidade e no campo; aos atores, instrumentos e conteúdo do processo de produção do espaço; e aos processos de gestão, planejamento, políticas públicas e cidadania. Contudo, para efeito didático, os textos publicados nesse número acham-se distribuídos basicamente em quatro seções.

A seção temática “Movimentos Sociais na Cidade e no Campo” reúne dois artigos intitulados: **Geografia dos protestos e meio comunicacional: redes sociais digitais e manifestações populares**; e **A cidade de direito ao direito à cidade: movimentos sociais de luta pela moradia e a produção do espaço na cidade do Crato/PE**.

Autores do primeiro artigo, **José Erimar dos Santos e Valmaria Lemos da Costa Santos** fazem algumas considerações acerca do que chamam uma *geografia dos protestos*, com base no que tem ocorrido no Brasil a partir do mês de junho de 2013. Os autores partem do pressuposto segundo o qual estamos vivendo, hoje, em um meio marcado pela comunicação e informação entre as pessoas facilitado pelo uso das redes sociais digitais, obrigando-nos a refletir sobre essa nova “fonte de energia” que dinamiza o espaço geográfico, criando territórios e culturas nos lugares onde acontecem. O que, segundo eles, constitui um dos papéis da Geografia e da Educação, bem como dos profissionais envolvidos nesses dois campos do conhecimento. Suas fontes de pesquisas foram a Internet, os jornais, as revistas, os livros e os artigos sobre os principais conceitos que envolvem essa temática, chegando à conclusão que o virtual não é tão virtual quanto parece ser, e que a juventude em movimento no Brasil caracteriza-se por interesses múltiplos. Com isso, reconhecem a relevância do uso e da ocupação de espaços públicos nas mobilizações sociais iniciadas nas redes sociais digitais, destacando sua multiculturalidade.

João César Abreu de Oliveira Filho, autor do segundo artigo desta primeira seção temática, discute os movimentos sociais de luta pela moradia no âmbito do direito à cidade através das lutas sociais da classe trabalhadora. Ele parte da ideia da produção do

espaço urbano da cidade como um espaço de disputa entre as diversas classes sociais, provocada pela ausência de áreas para moradia de populações de baixa – e sem nenhuma – renda na cidade. Este artigo demarca como universo geográfico da análise o município do Crato, no estado do Ceará. O autor procurou fazer uma abordagem teórica interdisciplinar do entendimento dos movimentos sociais urbanos de luta pela moradia na cidade, utilizando-se de leituras de sociólogos, geógrafos, filósofos etc. Este trabalho é, enfim, um estudo de caso, que conseguiu mostrar a importância da luta dos trabalhadores através das mobilizações pela moradia como condição ao processo de produção de uma cidade mais justa.

A seção do eixo temático “Produção do espaço: atores, instrumentos e conteúdo” reúne três artigos: **Algumas reflexões acerca do processo de envelhecimento do espaço urbano na modernidade; A cidade não pára, a cidade só cresce: o crescimento econômico e a segregação socioespacial; e Os territórios vividos em meio à proteção ambiental, uma problemática socioambiental.**

Autor do primeiro artigo desta seção temática, **Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega** discute o processo de envelhecimento do espaço no contexto da sociedade moderna, como reflexo, por sua vez, do processo de expansão do capital, que aconteceu, primeiramente, com base em uma lógica – não linear – industrial, e em seguida, em uma lógica financeira, especulativa e virtual. No âmbito desse processo de produção do espaço, o autor relaciona o caráter da juventude e do envelhecimento de espaços com a capacidade produtiva inerente aos mecanismos de renovação dos espaços realizados a partir dos interesses de reprodução e realização do capital. O que, para ele, impõe hierarquização dos lugares, relegando às localidades não privilegiadas uma posição precarizada no processo de reprodução do espaço social, no mundo moderno.

Kelly Regina Santos da Silva e Edvânia Tôrres Aguiar Gomes, autoras do segundo artigo, levantam alguns elementos para o debate acerca do processo de produção de espaços urbanos a partir do que está acontecendo no momento histórico atual em áreas do bairro de Pina em Recife-Pernambuco. De acordo com as autoras, essas áreas têm vivenciado um cotidiano de especulação imobiliária em decorrência da construção do empreendimento comercial *Shopping RioMar*. Nesse trabalho, elas consideram os conceitos de *gentrificação*, ideologia, sistema-mundo moderno-colonial e mecanismos de dispersão, no intuito de contribuir para uma melhor compreensão dos desafios colocados pelo referido contexto no âmbito da prática educativa e política da participação social, defendendo a promoção do envolvimento e não do des-envolvimento social. Elas partem da hipótese segundo a qual as relações capitalistas transformam o espaço em mercadoria,

fortalecendo a lógica da cidade marcada pela segregação socioespacial, uma vez que as formas de acesso à terra continuam alicerçadas em velhas práticas, embora revestidas de novos arranjos e discursos.

Elvira de Paula, autora do terceiro artigo desta seção, trata da questão polêmica relativa à transformação de “áreas naturais” em Unidades de Conservação (UC), sobretudo quando nestas áreas existem territórios sociais historicamente construídos por pessoas que acabam sendo preteridas pela institucionalização dos Parques Nacionais. Neste *enredo*, a autora destaca a situação dos moradores no processo de criação do Parque Nacional do Catimbau (PN-Catimbau), no estado de Pernambuco, utilizando-se dos dados da sua pesquisa de campo realizada no período de 2009 a 2010 quando da realização da sua dissertação de Mestrado, e um pouco antes da escolha dos membros para a criação do Conselho Consultivo do Parque, alertando-nos, desta forma, que esses dados podem não mais corresponder ao quadro atual da área do PN-Catimbau. Naquele momento, segundo ela, aqueles moradores se encontravam apreensivos com a ideia de terem que abrir mão de suas histórias de vida, e das suas práticas sociais construídas por/para aquele ambiente. Isso porque são pessoas que possuem fortes vínculos com seu espaço de vivido, uma vez que se trata de territórios com valor simbólico significativo, de heranças baseadas em conhecimentos empíricos e que acabaram constituindo, também, identidades com seu território. Nessa perspectiva, a autora desvenda de maneira interessante a problemática da institucionalização de Parques Nacionais sem considerar as especificidades territoriais e culturais dos lugares em que acontecem.

A seção do eixo temático “Planejamento e gestão, políticas públicas e cidadania” reúne três artigos intitulados: **Cooperação intermunicipal de interface multisetorial direta e desenvolvimento metropolitano sustentável: conceitos e perspectivas de análise em governança metropolitana; Paraísos sob controle: indícios de reclusão e contenção territoriais pela prática turística no litoral sul de Pernambuco; e O acesso a serviços de justiça para os pobres em Recife-PE: considerações a respeito da atuação da defensoria pública, à luz de um estudo do território.**

No primeiro artigo desta seção temática **Juliano Varela de Oliveira** discute a questão da cooperação intermunicipal no Brasil como um tema que se tem mostrado caro aos entusiastas da ação coletiva. O autor alega que, mesmo tendo sua importância reconhecida por estudiosos e planejadores urbanos, a cooperação intermunicipal não vem sendo implementada de maneira adequada. Com a promulgação da Constituição de 1988, ele diz que o município ganhou destaque, ao passo que as regiões metropolitanas perderam força. Fundamentando-se nos conceitos de *capital social*, trabalhados por

Putnam (2006) e Bourdieu (2007), e de *laços fracos* e *laços fortes*, de Granovetter (1983), o autor procura construir, a partir das especificidades históricas da formação da sociedade brasileira, uma definição de *cooperação intermunicipal de interface multisetorial direta e de desenvolvimento metropolitano sustentável*. O que é feito, segundo ele, para uma melhor compreensão da realidade metropolitana no país, nas perspectivas das escalas espaciais e dos agentes de seu possível desenvolvimento.

No segundo, **Paulo Roberto Baqueiro Brandão** faz um exame, de caráter exploratório, no que tange à ocorrência de processos de territorialização em dois balneários turísticos do litoral sul do estado de Pernambuco: o de Porto de Galinhas (Ipojuca) e o de Praia dos Carneiros (Tamandaré), destacando, sobretudo, a identificação de indícios que apontam para a existência de elementos ligados à prática da contenção e reclusão territoriais. Nesse sentido, o autor estruturou seu artigo em três seções: uma primeira, que trata dos enlaces teórico-conceituais e metodológicos necessários ao estudo dos territórios e das territorialidades pelo viés comparativo de análise; uma segunda, que revela algumas das características geográfico-históricas dos balneários de Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros mais relevantes para o entendimento dos processos ora discutidos; e uma terceira, que examina, de maneira, segundo o autor, preliminar, os indícios que apontam para a ocorrência de processos de reclusão e contenção territoriais pela prática turística nessas duas localidades abordadas.

No terceiro, **Willian Magalhães Alcântara e Cláudio Jorge Moura de Castilho** fazem uma tentativa de explicar o processo de acesso a serviços de justiça como direito social adquirido e ratificado pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), através da análise do uso do território pela Defensoria Pública (DP) do estado federado de Pernambuco, com base na cidade de Recife. Após mostrarem e explicarem que esses serviços, essenciais ao mundo de hoje, são procurados sobretudo por pessoas pobres que moram em bairros de alta vulnerabilidade social, os autores defendem que, para a produção do *espaço do cidadão*, é preciso pensar e praticar uma distribuição territorial dos núcleos da DP mais próxima das pessoas, apesar de terem reconhecido que também já houve avanço no que diz respeito à promoção do acesso a esses serviços desde a promulgação da referida constituição. Eles utilizaram como metodologia para o estudo uma profunda pesquisa de campo, uma revisão da literatura e dos documentos oficiais acerca desse tema, bem como a técnica da superposição e interpretação de mapas utilizados para evidenciar a questão delimitada e discutida.

Na seção “Ensaio, resenhas e entrevistas” reúnem-se três interessantíssimas reflexões teóricas intituladas: **Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre:**

obstáculos e superações; El concepto de crisis en el siglo xx – una mirada general desde la contraposición existente alrededor de la teoría crítica y el positivismo lógico; e Dialética e desenvolvimento em Celso Furtado.

Na primeira reflexão, **Livia Maschio Fioravanti** analisa, através de um esforço teórico, alguns dos elementos presentes na obra de Henri Lefebvre que trataram da construção da ideia do *Direito à Cidade* como um projeto orientador para a construção de uma outra sociedade, ou seja, para a Sociedade Urbana. Segundo a autora, para alcançar esta outra Sociedade, seria necessário compreender as contradições do momento atual que, por meio de um conjunto de cisões, afastam a concretização de um espaço marcado pela produção e pela possibilidade de apropriação criativa do mundo. Isso, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. A autora ainda considera, como fator impeditivo ao Direito à Cidade, a existência de um campo cego mantido pelas ideologias de Estado, de classe, da mercadoria e do crescimento, bem como pelos mitos da tecnocracia e da participação, que criam constrangimentos e fragmentações nos espaços-tempos atuais. Ademais, ela ainda resgata da obra de Lefebvre que o que dificulta a produção de espaços renovados e o surgimento das centralidades próprias ao urbano são as estratégias de classe e de Estado, bem como o olhar e a prática permeados por representações e abstrações-concretas que consideram o possível apenas a partir do presente. Mas que, para ela, apesar dos diversos mecanismos de controle impostos ao espaço e ao cotidiano da Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido, existem elementos no presente que podem indicar uma via de transformação, engendrando potência com base nos resíduos que sobrevivem e se intensificam no cotidiano. Por fim, a autora diz que esse processo de superação das relações socioespaciais atuais ocorreria, segundo Lefebvre, por meio da estratégia urbana, encontrada na prática e na problemática urbana, permitindo apreender e construir o virtual e o impossível hoje através do movimento da realidade.

Na segunda, **Robert N. G. Henao** trata das transformações que acontecem em torno da adoção da nova ordem econômica e da aparição do conceito de crise no século XX, enfatizando de maneira crítica a importância da racionalidade científica como uma chave para o pensamento individual, o ser humano como um sujeito racional – como responsável por si mesmo, pelos seus próprios argumentos, por suas próprias capacidades, competências e forças –, à margem dos paradigmas que estruturam seu imaginário político, sociológico e cultural e buscando uma verdade que corresponda aos elementos inerentes à sua base real de existência. Antagonicamente a esta perspectiva, o autor coloca uma outra – que ele chama “nova” – realidade científica, projetando uma explicação para o significado do conceito de crise, com base nos princípios fundamentais do humanismo

científico e tecnológico no âmbito da perspectiva da sustentabilidade. E isso é feito pelo autor, através de uma discussão epistemológica do conceito evidenciado e da análise histórica dos principais fatos críticos durante o século XX, destacando não necessariamente uma mera ótica econômica e política, mas fazendo um esforço no sentido de trazer para o debate sobre o esgotamento dos tradicionais ideais humanos alguns dos referentes diametralmente opostos entre a teoria crítica de Horkheimer, a Escola de Frankfurt e o positivismo lógico fundamentado no Círculo de Viena.

E na terceira, **José Eli da Veiga** brinda-nos com um artigo que expõe e discute duas teses sobre as relações da dialética com o desenvolvimento em Celso Furtado. Segundo o autor, a primeira refere-se ao fato que Celso Furtado não chegou a tomar conhecimento dos recentes avanços da dialética entre os cientistas naturais, e que por este motivo não conseguiu perceber o verdadeiro alcance desse estilo de pensamento; enquanto que a segunda diz respeito ao fato que a forte influência do pensamento de Marx sobre a visão do capitalismo em Furtado foi deslocada pela de Schumpeter, e em seguida – de forma ainda mais profunda – pela de Max Weber. Enfim, o autor vê a importância de se distinguir de maneira mais clara, no âmbito de uma possível reabertura do debate sobre a dialética do desenvolvimento, três noções que se acham amalgamadas, com grande frequência, gerando imensa ambiguidade, isto é, a do “desenvolvimento econômico”, a do “desenvolvimento do capitalismo”, e a do “desenvolvimento” para o autor *tout court*.

Cláudio Jorge Moura de Castilho
Recife, Setembro de 2013